ANALÍSE DA CONCRETIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+ NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Barreto, André Junior Araujo[1]; Lunardi, Soraya Regina Gasparetto[2]

1 INTRODUÇÃO

Até o final do século XX, os direitos da comunidade LGBTQIAP+ eram pouco discutidos no Brasil, com o corpo jurídico evitando o tema e a Constituição de 1988 refletindo traços de conservadorismo, como a não aceitação do casamento homossexual até 2011. Em 2001, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), marcando o início da mobilização estatal em prol das pautas LGBT, com avanços como a inclusão da orientação sexual no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2) em 2002. Nos anos 2000, surgiram programas como o Brasil Sem Homofobia e a I Conferência Nacional LGBT, embora essas iniciativas tivessem caráter meramente programático e carecessem de efetividade.

Apesar de progressos, ainda existem ameaças de retrocessos, com grupos conservadores no campo político e religioso resistindo aos direitos LGBT e dificultando a implementação de políticas públicas, como o veto ao Programa Escola Sem Homofobia em 2011, distorcido por atores conservadores. A falta de compreensão sobre a desigualdade social da comunidade LGBTQIAP+ é evidente, especialmente pela escassez de representatividade LGBT no Legislativo e nas dificuldades de se inserir nos partidos.

Diante disso, a pesquisa visa analisar as legislações e políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTQIA+, buscando verificar sua efetividade e o impacto na melhoria da qualidade de vida desse grupo. A pesquisa será relevante, pois há uma carência de normas

1 Graduando em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", e-mail: a.barreto@unesp.br.

2 Professora Livre Docente do Departamento de Administração Pública da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", e-mail: soraya.gasparetto@unesp.br.

legais específicas para a comunidade LGBT em nível estadual e federal, além de poucos estudos na área jurídica. O objetivo é criar parâmetros qualitativos e quantitativos que incentivem o Estado a promover mais políticas públicas que beneficiem a comunidade LGBTQIA+ e a sociedade em geral.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as políticas públicas e articulações legislativas relacionadas à comunidade LGBTQIA+ no estado de São Paulo. Bem como investigar o contexto histórico e social em que políticas públicas se inserem e verificar a efetividade e concretização delas na sociedade de acordo com requisitos específicos. E, por fim, avaliar os impactos e impasses que poderão ser encontrados no meio deste processo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A pesquisa tem como objetivos específicos:

1. Aglomerar uma coletânea de leis, decretos e resoluções estaduais e municipais que estão em vigor, no que diz respeito a promoção de políticas públicas de proteção à comunidade LGBTQIA+.
2. Elaborar uma base de dados composta por políticas públicas municipais da região administrativa Central (governo de Araraquara e São Carlos) do estado de São Paulo.
3. Analisar de acordo com requisitos específicos programas, projetos e políticas públicas direcionadas a comunidade LGBTQIA+ no estado de São Paulo
4. Refletir sobre as dificuldades de operação e efetividade de uma política pública no atual contexto social.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A fim de atingir seu objetivo, a pesquisa utilizará do método da dogmática jurídica, isto é, interpretação das leis, normas e decretos que dizem respeito às políticas municipais a favor da proteção da comunidade LGBTQIA+. Para isso, será realizado um levantamento documental através de decretos, leis ordinárias e complementares pesquisados em sítios eletrônicos das câmaras municipais dos 26 municípios da região administrativa central do estado de São Paulo. Há como escopo a análise, verificação e avaliação de dados. Desta maneira, pode ser definida como uma pesquisa exploratória, que, segundo Gil (2002 p. 41), “envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram

experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão””. O delineamento utilizado será de pesquisa bibliográfica e documental, ou seja, a análise em livros, artigos científicos encontrados em sítios eletrônicos na internet, publicações em periódicos, documentos conservados em arquivos de órgãos públicos ou instituições privadas, relatórios de pesquisa e tabelas estatísticas. Deste modo, garante-se informações de ordem primária e secundária, permitindo então um vasto ambiente para a pesquisa.

Para análise dos impactos e concretização das políticas públicas, serão utilizadas etapas com bases em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de avaliação de políticas públicas (2018), especificamente a análise ex post, método essencial para apoiar a tomada de decisões durante ou após a implementação de uma política pública, desempenhando um papel crucial ao fornecer evidências sobre os resultados da política, ajudando a verificar se os recursos públicos estão sendo utilizados de acordo com os princípios de economia, eficiência, eficácia e efetividade.

Nesta primeira fase, será criada uma base de dados contendo decretos, resoluções, leis ordinárias e complementares diretamente relacionados à comunidade LGBTQIA+. Para tanto, serão levadas em conta as seguintes variáveis: classificação entre administração pública municipal, assistência social e cidadania e por fim políticas sociais. Destaca-se que a obtenção desses documentos legais será realizada por meio dos atos normativos oficiais disponibilizados de forma virtual nos sites institucionais da câmara municipal de cada cidade em análise, ou, quando estes não estiverem acessíveis ou armazenados nas plataformas oficiais dos respectivos municípios, recorrer-se-á ao sítio eletrônico Leis Municipais, que centraliza essas informações. Adicionalmente, iremos dimensionar as legislações encontradas nestes sites e demonstrá-las em tabelas e/ou gráficos.

Na segunda fase, será construído um banco de dados com políticas públicas de proteção à comunidade LGBTQIA+ nos 26 municípios, destacando Araraquara e São Carlos, analisando como as leis locais fundamentam essas políticas, com base nas Leis Orgânicas Municipais e na Constituição Estadual de São Paulo.

A terceira fase será dedicada à análise das políticas públicas utilizando critérios do IPEA (2018), como a descrição das políticas, especificação de variáveis de resultados, estimativa do impacto e a apresentação de orçamentos e testes de mecanismos. Por fim, na

quarta fase, os resultados das políticas públicas serão comparados entre os 26 municípios, com base em análises mistas. O objetivo é levantar hipóteses sobre a efetividade das políticas, refletindo sobre o progresso histórico e social da comunidade LGBTQIA+ no Brasil no contexto da administração pública.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa ainda está em progresso, o banco de dados normativos está sendo elaborado. A coleta de dados dos 26 municípios da região administrativa central de São Paulo já foi iniciada. Logo, assim que concluída a fase um, a pesquisa sucederá para a próxima.

Até o atual cenário, os resultados obtidos foram esses:

Tabela 1: Resultado do banco de dados normativos.

Municípios	Legislações Encontradas	Legislações Selecionadas
Américo Brasiliense	1	0
Araraquara	12	4
Boa Esperança do Sul	0	0
Borborema	0	0
Cândido Rodrigues	0	0
Descalvado	0	0
Dobrada	0	0
Dourado	1	1
Fernando Prestes	0	0
Gavião Peixoto	0	0
Ibaté	0	0
Ibitinga	0	0
Itápolis	0	0
Matão	0	0
Motuca	0	0
Nova Europa	1	1
Porto Ferreira	0	0
Ribeirão Bonito	0	0
Rincão	1	1
Santa Ernestina	0	0
Santa Lúcia	0	0
Santa Rita do Passa Quatro	1	0
São Carlos	2	2
Tabatinga	0	0
Taquaritinga	0	0
Trabiju	0	0
Total	**19**	**9**

Fonte: Autoria própria

* Durante a pesquisa, foram colhidos: leis ordinárias, complementares e decretos municipais.

Conforme apresentado na Tabela 1 e à medida que a pesquisa avança, observa-se 19 resultados ao todo, porém, apenas 9 resultados serão selecionados ao todo por atenderem os critérios classificatórios. Pode-se inferir também que, de 26 municípios, apenas 5 municípios apresentam algum tipo de ato normativo relacionado diretamente com a comunidade LGBTQIA+, ou seja, aproximadamente 19% do território administrativo central do estado de São Paulo possui algum tipo de norma específica que relaciona-se com a proteção à comunidade LGBTQIA+. São eles: Araraquara, Dourado, Nova Europa, Rincão e São Carlos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa está em andamento, mas já permite refletir sobre a importância da concretização de políticas públicas que atendam às demandas da comunidade LGBTQIA+. A análise dos dados legislativos e a coleta de informações sobre a eficácia de políticas existentes serão fundamentais para avaliar o impacto real dessas iniciativas e identificar áreas que necessitam de aprimoramento.

O estudo destaca a necessidade de políticas públicas mais robustas e que atendam diretamente às necessidades da comunidade LGBTQIA+, além de um maior comprometimento das esferas legislativa e executiva no combate à discriminação e na promoção de uma sociedade inclusiva.

É evidente que, embora haja avanços significativos no reconhecimento dos direitos da comunidade LGBTQIA+, a implementação de políticas públicas ainda enfrenta muitos obstáculos. A continuidade da pesquisa, com a análise de dados concretos e a avaliação de políticas já implementadas, será fundamental para promover melhorias nas políticas de proteção à comunidade LGBTQIA+ no estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

MELLO, L.; AVELAR, R. B. DE; MAROJA, D. **Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil**. Sociedade e Estado, v. 27, n. 2, p. 289–312, ago. 2012.

Carvalho, L. R., & Simão, E. R. dos S. (2022). **Análise Histórica das Políticas Públicas para População LGBT+ no Brasil e Interfaces com a Psicologia**. Perspectivas Em Análise Do Comportamento, 13(1), 102–119.]

PEREIRA, M. M. **Ativismo Multinível: Movimento LGBTI+ e a Circulação de Políticas Públicas**. Dados, v. 68, n. 2, 8 nov. 2024.

APLICADA (IPEA), B. I. DE P. E. et al. **Avaliação de políticas públicas : guia prático de análise ex post**, volume 2. http://www.ipea.gov.br, 2018.